



Revista Universo Contábil, ISSN 1809-3337  
Blumenau, v. 10, n. 2, p. 63-83, abr./jun., 2014

doi:10.4270/ruc.2014212

Disponível em [www.furb.br/universocontabil](http://www.furb.br/universocontabil)



## **IMPACTOS DA ADOÇÃO DAS IFRS NAS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS BANCOS LISTADOS NA BM&FBOVESPA<sup>1</sup>**

### **IMPACT OF ADOPTION OF IFRS IN THE CONSOLIDATED STATEMENTS OF BANKS LISTED ON THE BM&FBOVESPA**

### **IMPACTO DE LA ADOPCIÓN DE LAS NIIF EN LOS ESTADOS CONSOLIDADOS DE LOS BANCOS QUE COTIZAN EN EL BM&FBOVESPA**

#### **José Barbosa de Farias**

Mestre em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará  
Rua Dr. José Lourenço, 955, apto. 902 - Meireles  
CEP: 60.115-280 – Fortaleza - CE  
E-mail: [jbarbosa@bnb.gov.br](mailto:jbarbosa@bnb.gov.br)  
Telefone: (85) 3261-1705

#### **Vera Maria Rodrigues Ponte**

Doutora em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USP  
Professora da Universidade Federal do Ceará - UFC  
Endereço: Rua Dr. Tomas Pompeu 111/1200, Meireles  
CEP: 60160-080 – Fortaleza - CE  
E-mail: [vponte@fortalnet.com.br](mailto:vponte@fortalnet.com.br)  
Telefone: (85) 3248- 6669

#### **Marcelle Colares Oliveira**

Doutora em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USP  
Professora da Universidade de Fortaleza - UNIFOR  
Endereço: Rua Barão de Aracati, 2715/1301, Joaquim Távora  
CEP: 60115-082 – Fortaleza - CE  
E-mail: [marcellecolares@unifor.br](mailto:marcellecolares@unifor.br)  
Telefone: (85) 3246-5577

#### **Márcia Martins Mendes De Luca**

Doutora em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USP  
Professora da Universidade Federal do Ceará - UFC  
Endereço: Rua Cel. Jucá, 1000/150, Aldeota  
CEP: 60170-320 – Fortaleza - CE  
E-mail: [marciadeluca@ufc.br](mailto:marciadeluca@ufc.br)  
Telefone: (85) 3261-1705

<sup>1</sup> Artigo recebido em 02.08.2013. Revisado por pares em 12.05.2014. Reformulado em 17.06.2014. Recomendado para publicação em 24.06.2014 por Carlos Eduardo Facin Lavarda. Publicado em 30.06.2014. Organização responsável pelo periódico: FURB.

## RESUMO

O estudo investigou os impactos da adoção das IFRS na representação da situação patrimonial, econômica e financeira dos bancos listados na BM&FBovespa. A amostra reuniu 18 bancos que divulgaram suas demonstrações consolidadas de 2010 nos padrões IFRS e BR GAAP. Observaram-se diferenças significativas em indicadores de Liquidez e Qualidade da Carteira de Crédito, indicando que as demonstrações contábeis elaboradas em IFRS sinalizam menor liquidez e mais baixa qualidade da carteira de crédito quando comparadas àquelas evidenciadas pelas demonstrações em BR GAAP. Pela ótica do Patrimônio Líquido, verificou-se que as demonstrações contábeis em BR GAAP são mais conservadoras que as demonstrações em IFRS.

**Palavras-chave:** IFRS. Demonstrações consolidadas. Bancos.

## ABSTRACT

*The study investigated the impact of adopting IFRS on the representation of the situation equity, economic and financial banks listed on the BM&FBovespa. The sample collected 18 banks that reported its consolidated financial statements of 2010 in the IFRS and GAAP standards. Were observed significant differences in indicators Liquidity and Credit Portfolio Quality, indicating that the financial statements prepared under IFRS indicate less liquidity and credit quality of the portfolio compared to that evidenced by statements in BR GAAP. From the standpoint of equity, it was found that the financial statements in BR GAAP are more conservative than the IFRS financial statements.*

**Keywords:** IFRS. Consolidated Financial Statements. Banks.

## RESUMEN

*El estudio investigó el impacto de la adopción de las NIIF en la representación de la situación equidad, económicas y financieras los bancos listadas en la BM&FBovespa. La muestra recoge 18 bancos que reportaron sus estados financieros consolidados de 2010 en el IFRS y GAAP. Se observaron diferencias significativas en los indicadores de liquidez y calidad de cartera de crédito, lo que indica que los estados financieros preparados bajo NIIF indican una menor liquidez y calidad crediticia de la cartera en comparación con el que se evidencia por las declaraciones en BR GAAP. Desde el punto de vista de la equidad, se encontró que los estados financieros de BR GAAP son más conservadores que los estados financieros IFRS.*

**Palabras clave:** NIIF. Estados Financieros Consolidados. Bancos.

## 1 INTRODUÇÃO

A adoção de um novo padrão contábil implica mudanças na forma de evidenciação, mensuração, reconhecimento e divulgação de fatos contábeis, gerando impactos na representação da situação patrimonial, econômica e financeira das empresas. Por conta disso, foram realizados, em todo o mundo, diversos estudos para avaliar a intensidade dos impactos gerados pela adoção das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) (CHRISTENSEN; LEE; WALKER, 2007; MIRANDA, 2008; LANTTO; SAHLSTRÖM, 2009; CALIXTO, 2010; SILVA; NAKAO, 2011; FIROZ; ANSARI; AKHTAR, 2011; MOURA, 2014), os quais se diferenciam de país para país, a depender das divergências entre o padrão utilizado em cada um deles e o padrão IFRS.

Mudanças de padrão contábil também podem afetar atributos como qualidade e utilidade das informações divulgadas. Dentre esses atributos, destaca-se o conservadorismo, caracterizado pelo emprego de cautela, ao se evitar a superestimação de ativos e receitas e a subestimação de passivos e despesas. Por essa razão, pesquisadores como Lemes e Carvalho (2009), Santos e Calixto (2011) e Silva (2013) investigaram o conservadorismo nas demonstrações contábeis elaboradas sob diferentes padrões contábeis, objetivando avaliar se algum deles produz informações mais conservadoras.

No Brasil, os estudos acerca do impacto da adoção das normas internacionais se concentraram basicamente nas instituições não financeiras, haja vista que o processo de convergência, implementado nos diversos setores da economia de forma acelerada a partir de 2008, não teve o mesmo impacto que aquele produzido nas instituições não financeiras, já que o Banco Central do Brasil (Bacen) alterou a legislação contábil respectiva com vistas a adequá-la ao padrão internacional. Por isso, é provável que a partir de 2010 as demonstrações contábeis consolidadas dos bancos em IFRS apresentem divergências significativas no que tange à situação econômico-financeira, se comparadas às demonstrações preparadas segundo o padrão contábil nacional. Assim, e diante da obrigatoriedade de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas em IFRS pelos bancos a partir de 2010, o atual momento é oportuno para se investigar o impacto gerado pela adoção do novo padrão sobre a representação da situação econômico-financeira dessas instituições, já que elas desempenham papel importante no mercado de capitais e ganharam destaque desde a crise financeira mundial de 2008. Torna-se igualmente oportuno examinar se a simples normatização da aplicação de princípios contábeis distintos seria suficiente para alterar a qualidade dessas demonstrações.

Assim, o presente estudo tem como propósito responder à seguinte questão: Quais são os impactos da adoção das IFRS na representação da situação patrimonial, econômica e financeira dos bancos listados na BM&FBovespa?

Para tanto, elegeu-se como objetivo geral investigar o impacto da adoção das IFRS sobre os indicadores econômico-financeiros dos bancos listados na BM&FBovespa que divulgaram suas demonstrações contábeis consolidadas de 2010 no citado padrão. Adicionalmente, examinou-se, no contexto dessas instituições, se as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com o padrão internacional são mais ou menos conservadoras que as demonstrações preparadas segundo a norma brasileira.

Pesquisas sobre o impacto da adoção das IFRS (MIRANDA, 2008; LANTTO; SAHLSTRÖM, 2009; MOURA, 2014) revelaram a ocorrência de diferenças significativas na representação da situação patrimonial, econômica e financeira das empresas estudadas, na comparação com as demonstrações produzidas segundo o padrão brasileiro.

No que tange ao conservadorismo, os estudos que compreendem o período anterior às IFRS e a fase de adoção inicial são inconclusivos (LEMES; CARVALHO, 2009; CASTRO, 2011). Entretanto, pesquisa apontada por Silva (2013) revelou aumento de conservadorismo após a adoção total das IFRS. Além disso, deve-se ressaltar que o Brasil pertence ao bloco de nações que enfatiza o direito formalista (*code law*). De acordo com Lima (2011), esse bloco adota práticas contábeis mais conservadoras que aquelas empregadas pelo bloco de países que segue o direito consuetudinário (*common law*), formado principalmente pelas nações nórdicas e anglo-saxônicas.

Assim, o presente estudo trabalha com duas hipóteses, a saber: (a) os indicadores econômico-financeiros dos bancos, calculados a partir das demonstrações contábeis elaboradas segundo o padrão contábil brasileiro, apresentam diferenças significativas quando comparados com aqueles obtidos segundo as IFRS; e (b) as demonstrações contábeis produzidas segundo o padrão brasileiro são mais conservadoras que aquelas elaboradas de acordo com o padrão internacional.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A adoção das IFRS pelas instituições financeiras no Brasil

As pesquisas sobre contabilidade internacional ganharam evidência a partir da globalização dos mercados, haja vista a necessidade de os investidores compreenderem a linguagem contábil de cada país.

A coexistência de modelos e práticas contábeis diferentes afeta a qualidade informacional da contabilidade e reduz a confiança dos investidores, ao utilizá-la como insumo para suas decisões. Diante disso, tornou-se crucial a busca pela harmonização das práticas contábeis, de maneira a satisfazer as necessidades dos investidores estrangeiros na busca por oportunidades de negócios.

Assim, após longos debates, o processo de harmonização tornou-se realidade, de modo que, segundo Zhang, Uchida e Bu (2013), mais de 100 países já adotaram as IFRS.

No Brasil, o processo de convergência para as normas internacionais teve como marco a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em 2005, que passou a preparar e divulgar pronunciamentos técnicos contábeis (CPCs) alinhados com as normas internacionais, os quais, ao serem recepcionados/adotados pelos órgãos reguladores, passaram a compor o arcabouço contábil legal das empresas por eles reguladas.

As entidades reguladoras brasileiras, como Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e Agência Nacional de Saúde (ANS), e também a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), vêm recepcionando/adotando os CPCs na medida em que eles são emitidos. Assim, como os CPCs são produzidos segundo as IFRS, as normas contábeis utilizadas pelas empresas sob a regulação desses órgãos já são, em sua quase totalidade, convergentes com o padrão internacional desenvolvido pelo *International Accounting Standards Board* (Iasb).

Em relação às instituições financeiras, cabe ao Bacen fazer as injunções necessárias acerca das normas a elas pertinentes. Para tanto, as instituições financeiras (compreendendo bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, cooperativas de crédito, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário e associações de poupança e empréstimo) passaram a utilizar um plano de contas padrão, denominado Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Dessa forma, as instituições financeiras utilizam um arcabouço contábil próprio, em relação tanto às normas emanadas do Bacen quanto àquelas oriundas do Cosif. Essas normas, porém, pouco mudaram com o propósito de se adequar ao padrão internacional de contabilidade.

Enquanto a quase totalidade dos CPCs já foi adotada por diversos órgãos reguladores brasileiros e incorporada às normas nacionais, no caso específico das instituições financeiras, o Bacen optou por promover a convergência de forma mais lenta, de modo que até 2010 apenas quatro CPCs haviam sido recepcionados/adotados e incorporados às normas contábeis do segmento. Até o início de 2014, o Bacen homologou apenas sete CPCs e um pronunciamento, sendo eles: 1) CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos – homologado pela Resolução Bacen nº 3.566/2008; 2) CPC 03 – Demonstrações de fluxo de caixa – homologado pela Resolução Bacen nº 3.604/2008; 3) CPC 05 – Divulgação de partes relacionadas – homologado pela Resolução Bacen nº 3.750/2009; 4) CPC 10 – Pagamento baseado em ações – homologado pela Resolução Bacen nº 3.989/2011; 5) CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro – homologado pela Resolução Bacen nº 4.007/2011; 6) CPC 24 – Evento subsequente – homologado pela Resolução Bacen nº 3.973/2011; 7) CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – homologado pela Resolução Bacen nº 3.823/2009; e o Pronunciamento Conceitual Básico

(R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro – homologado pela Resolução Bacen nº 4.144/2012.

Convém destacar, no entanto, que o Bacen trabalha com projetos voltados para a promoção da convergência e redução das assimetrias entre as normas brasileiras e as normas internacionais. Em 2009, o órgão regulamentou a adoção das IFRS pelas instituições financeiras, determinando que, a partir de 2010, além de apresentar suas demonstrações contábeis em consonância com as normas brasileiras, elas deveriam elaborá-las e divulgá-las, de forma consolidada, no padrão IFRS, conforme Resolução CMN nº 3.786, de 24/09/2009. Chiqueto (2008) explicita o motivo para a dispensa das demonstrações contábeis individuais no padrão IFRS: as demonstrações consolidadas, ao contrário das individuais, não geram impacto sobre tributação nem sobre a distribuição de dividendos, já que estes são mensurados pela legislação societária específica de cada país e evidenciados nas demonstrações individuais.

## 2.2 Pesquisas sobre os impactos da adoção das IFRS

A adoção das IFRS propiciou o desenvolvimento de diversos estudos, que, fundamentalmente, procuraram entender as mudanças ocorridas nas informações contábeis.

Christensen, Lee e Walker (2007) estudaram o impacto da adoção das IFRS pelas empresas listadas nas bolsas europeias em 2005, concluindo que as IFRS contêm informações novas que os investidores consideram relevantes para subsidiar suas decisões.

Barbosa Neto, Dias e Pinheiro (2009) analisaram o impacto das IFRS nos indicadores econômico-financeiros de companhias brasileiras de capital aberto de 2008. Os resultados evidenciaram que há diferenças entre os indicadores calculados com base nas demonstrações contábeis elaboradas de acordo com o padrão internacional e aqueles resultantes da adoção do padrão nacional. Contudo, por meio da análise de correlação e do teste Qui-Quadrado, constatou-se que os indicadores econômico-financeiros não são estatisticamente diferentes, demonstrando a inexistência de assimetria de informação nas empresas analisadas.

Lantto e Sahlström (2009) investigaram o impacto da adoção das normas IFRS em indicadores econômico-financeiros na Finlândia, utilizando três dimensões da firma: rentabilidade, endividamento e liquidez. Os resultados apontam que as mudanças ocasionadas pelas normas IFRS fizeram aumentar significativamente os indicadores de rentabilidade, e, moderadamente, os de endividamento; e proporcionaram uma diminuição no preço por ação e nos indicadores de liquidez. Além disso, a IFRS 3, que versa sobre a remoção da amortização do *goodwill*, é a norma mais importante para explicar o aumento nos indicadores de rentabilidade.

Embora o padrão contábil utilizado pelas empresas brasileiras ainda se encontrasse em processo de convergência para as normas internacionais, Carvalho (2010) investigou se as mudanças introduzidas até 2008 geraram impactos significativos na representação da situação econômico-financeira de 200 empresas listadas na BM&FBovespa, ao comparar as demonstrações contábeis de 2007 (antes da vigência das novas normas) com as de 2008 (depois das alterações). Os resultados revelaram diferenças estatisticamente significantes para os indicadores de estrutura de capital e de liquidez.

Bao, Lee e Romeo (2010) estudaram as diferenças entre IFRS e US GAAP em cinco indicadores econômico-financeiros, a saber: liquidez corrente; coeficiente do giro dos estoques, calculado como a razão entre o valor dos bens vendidos e o valor médio do inventário; coeficiente de giro das vendas, dado pela razão entre o valor das vendas e a média total dos ativos; endividamento, dado pelo valor das dívidas dividido pelo Ativo total; e o Retorno sobre o Ativo (ROA). Para comparação das variáveis entre IFRS e US GAAP, os autores utilizaram testes univariados (testes *t*) e multivariados (Análise de Variância – Anova), *probit* e análise *logit*). Os resultados evidenciaram que as IFRS mostram uma

liquidez corrente maior, uma menor taxa de rotatividade de ativos, e uma menor relação dívida-ativos. Entretanto, o ROA e o coeficiente de giro das vendas não apresentaram diferenças significativas.

Martins e Paulo (2010) investigaram o reflexo da adoção das IFRS sobre os indicadores de desempenho das empresas brasileiras de capital aberto listadas na BM&FBovespa. Com base em 10 empresas para os exercícios de 2007, 2008 e 2009, a análise considerou sete indicadores de desempenho, encontrando variações positivas nos indicadores de dependência financeira, de endividamento, de retorno sobre o Ativo e de retorno sobre o Patrimônio Líquido; e de variações negativas sobre os indicadores de imobilização dos recursos permanentes, de liquidez geral e de liquidez corrente. Entretanto, pôde-se constatar que as divergências entre os indicadores calculados a partir dos dois conjuntos de normas têm diminuído, principalmente devido à crescente correlação entre esses indicadores ao longo do triênio analisado. Dessa forma, as normas brasileiras foram se assemelhando às normas IFRS no período analisado.

Moura (2014) investigou o impacto da adoção inicial e total das IFRS nos principais indicadores econômicos de quatro grupos: liquidez, rentabilidade e lucratividade, endividamento e valor. O autor analisou uma amostra de empresas listadas na BM&FBovespa que possuíam dados trimestrais contínuos entre 1995 e 2012, por meio de metodologia de projeção de séries temporais e teste de quebra estrutural de Chow. O referido autor encontrou mudanças significativas no indicador de endividamento das empresas analisadas, tanto no período inicial de adoção das IFRS, quanto no período final.

Portanto, diversos autores apresentam evidências de mudanças na representação da situação econômico-financeira das firmas. Com relação às instituições financeiras, observa-se um número maior de estudos estrangeiros, já que no Brasil somente a partir de 2010 os bancos passaram a publicar as demonstrações em IFRS. Dessa forma, somente nos últimos anos, começaram a surgir estudos brasileiros sobre a temática, a exemplo de Almeida (2010), Fé Júnior (2013), Sayed et al. (2013), Tavares, Boente e Paulo (2013) e Côrrea e Szuster (2013).

Almeida (2010) analisou se a mudança na classificação dos ativos financeiros (IFRS 9) introduz alteração estatisticamente significativa nos indicadores prudenciais e de rentabilidade dos bancos no país. Foi utilizada uma amostra não probabilística, reunindo 38 bancos brasileiros. Os indicadores são: Índice da Basileia, Índice da Basileia por Capital Nível I, Índice de Imobilização, Retorno sobre o Ativo (ROA) e Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE). Utilizou-se o teste de médias não-paramétrico de Wilcoxon. Os resultados indicaram que não há variação na estrutura do Patrimônio de Referência, e que, portanto, não há impacto no Índice de Imobilização. Com relação aos demais indicadores, a reclassificação dos ativos provoca um aumento estatisticamente significativo na média do Índice da Basileia, enquanto as médias do ROA e do ROE diminuíram. Para a média do Índice da Basileia por Capital Nível I, não há evidências estatísticas de variação significativa.

Fé Júnior (2013) comparou as demonstrações financeiras de 16 bancos em BR GAAP e IFRS. O autor observou que o Lucro Líquido apresentado em IFRS foi menor em nove bancos, e que o Patrimônio Líquido aumentou em 14 deles. Pela ótica dos investidores, esse impacto foi mensurado por meio de variações de valor de mercado e de um estudo de evento. Os resultados do estudo de evento evidenciaram a existência de retornos anormais acumulados (CAR) entre -16,9% e +12,5%, sugerindo que a adoção de IFRS foi *value relevant*. Ademais, existe correlação (Spearman) negativa (-0,89) entre o CAR e o risco de mercado (mensurado pelo *beta*), o que indica que o mercado reagiu mais negativamente a instituições de maior risco. O estudo conclui que o novo padrão contábil apresentou informações que podem ter aumentado a percepção dos investidores no tocante ao risco.

Sayed *et al.* (2013) verificaram o impacto da alteração da IAS 39 para IFRS 9 nos lucros líquidos e: (i) da futura mudança na metodologia de apuração do *impairment* e (ii) da eliminação da categoria “disponíveis para venda” e sua reclassificação para a categoria “valor justo por meio do resultado”. Os autores realizaram simulações (técnica de Monte Carlo) nos lucros esperados e nas taxas de juros para 16 trimestres, partindo de 31/12/2010 e chegando a 31/12/2014, para as cinco maiores instituições financeiras do país. A partir das taxas de juros projetadas, foram estabelecidos níveis de risco de crédito, os quais resultaram em variações no *impairment* e no valor justo dos ativos financeiros antes classificados como disponíveis para venda. Os resultados evidenciaram um impacto inicial no primeiro trimestre; no entanto, não houve alteração significativa nos resultados nem nas suas respectivas volatilidades nos demais períodos.

Tavares, Boente e Paulo (2013) verificaram se os bancos brasileiros vêm se adequando às exigências internacionais quanto à evidenciação da mensuração ao valor justo nos bancos brasileiros nos exercícios de 2010 e 2011. As metodologias utilizadas foram a regressão em painel e a análise discriminante de dois grupos (2010 e 2011). Como resultado, os bancos mostraram um percentual compatível de evidenciação das informações, e se encontrou uma relação inversa entre o Patrimônio Líquido (e o ROE) e a evidenciação do valor justo. Os autores sugerem que, quanto menor for o Patrimônio Líquido de um banco, maiores são as possibilidades de justificar os resultados pela mensuração ao valor justo, provavelmente motivados pelos custos políticos.

Contribuem para o tema Correa e Szuster (2013), que investigaram as divergências, descritivamente, de cinco bancos brasileiros que disponibilizaram as informações contábeis em IFRS e BR GAAP. Os autores encontraram divergências em relação à estrutura do balanço patrimonial, à aplicação do critério de perdas para crédito de liquidação duvidosa e às divulgações sobre gerenciamento de riscos em notas explicativas, que impactam na compreensibilidade das informações contábeis pelos usuários externos e nos custos de emissão dessas informações.

Dessa forma, vários estudos relatam os aspectos positivos da adoção das IFRS para os bancos. No cenário internacional, a implementação das IFRS para os bancos acarreta mais transparência e facilita a comparação entre bancos, o que tende a impulsionar favoravelmente a economia. Sobre o assunto, vários estudos evidenciam o impacto das IFRS em bancos, a exemplo de Leventis, Dimitropoulos e Anandarajan (2011), Duh, Hsu e Alves (2012), Papadamou e Tzivinikos (2013), Gebhardt e Novotny-Farkas (2013). Entretanto, apenas os de Miranda (2008) e Firoz, Ansari e Akhtar (2011) investigaram o impacto das IFRS nos indicadores econômico-financeiros.

Miranda (2008) estudou os impactos da adoção das IFRS em indicadores econômico-financeiros de 24 bancos de capital aberto da União Europeia. Nos bancos da França, o autor encontrou diferenças significativas apenas na Liquidez Imediata, cuja variação deveu-se, em maior proporção, às alterações introduzidas no grupo Ativos Líquidos, impactado principalmente pelas normas IAS 32 e IAS 39. Nos da Espanha e do Reino Unido, foram identificadas diferenças significativas em Liquidez Imediata, Alavancagem e Capitalização.

Leventis, Dimitropoulos e Anandajaram (2011) analisaram o impacto da implementação das IFRS sobre a utilização de provisões para perdas com empréstimos no gerenciamento de resultados. Os autores analisaram 91 bancos comerciais listados na União Europeia, cobrindo um período de 10 anos (antes e depois da implementação das IFRS). Os resultados apontam que o nível de gerenciamento de resultados diminuiu após a implementação das normas internacionais.

Firoz, Ansari e Akhtar (2011) analisaram o impacto da implantação das IFRS no setor bancário indiano, no que diz respeito, principalmente, a investimento, capital, reservas e

instrumentos financeiros. Chegaram à conclusão de que a implantação das IFRS afetou principalmente os instrumentos financeiros e os investimentos.

Considerando que a adoção das IFRS pode afetar a qualidade e a utilidade das informações divulgadas, diversos estudiosos investigaram os impactos da adoção das normas internacionais no Patrimônio Líquido e no Lucro Líquido das companhias, procurando subsídios para uma avaliação em relação à prática do conservadorismo. A maioria dos estudos recentes sobre conservadorismo em bancos não examina a influência da adoção das IFRS no conservadorismo (BRITO; LOPES; COELHO, 2012; DANTAS; PAULO; MEDEIROS, 2013; BRITO; MARTINS, 2013; LEVENTIS; DIMITROPOULOS; OWUSU-ANSAH, 2013; LIM *et al.*, 2014). Abordando o tema, constata-se apenas o estudo de Sterzeck (2011).

Sterzeck (2011) investigou se, após a vigência da Lei nº 11.638/2007 e da Resolução nº 3.786/2009 houve alteração no conservadorismo condicional das instituições financeiras de capital aberto listadas na BM&FBovespa. A autora mediu o conservadorismo condicional pelo modelo de Basu (1997), ajustado para medir os efeitos das normas em questão. A amostra foi coletada na base de dados Economatica, no período de março de 2000 a março de 2010. A autora não encontrou mudanças no nível de conservadorismo, provavelmente devido ao fato de o período analisado não contemplar diversas mudanças hoje homologadas pelo Bacen.

### 3 METODOLOGIA DA PESQUISA

#### 3.1 Hipóteses

Como se pode observar na literatura acadêmica contemporânea, a adoção de um novo padrão contábil tem sido objeto de inúmeras pesquisas. Em relação aos resultados econômico-financeiros das empresas, os estudos de Miranda (2008), Beuren, Hein e Klann (2008), Lantto e Sahlström (2009), Barbosa Neto, Dias e Pinheiro (2009), Bao, Lee e Romeo (2010) e Moura (2014) identificaram impactos significativos decorrentes da adoção do padrão internacional de contabilidade.

Por conta disso, e levando-se em conta que o padrão contábil utilizado pelos bancos ainda não incorporou a totalidade das normas pautadas no padrão internacional, a presente pesquisa se funda na seguinte hipótese:

H<sub>1</sub>: Os indicadores econômico-financeiros dos bancos, calculados a partir das demonstrações contábeis consolidadas, elaboradas segundo o padrão contábil internacional, são significativamente diferentes daqueles obtidos das demonstrações elaboradas em observância ao padrão brasileiro.

Dentre os atributos de qualidade da informação contábil, o conservadorismo se destaca como um dos mais estudados. O Brasil se insere no grupo de países que enfatizam o direito formalista (*code law*), enquanto países de influência anglo-americana enfatizam o direito consuetudinário (*common law*). Segundo Lima (2011), os dois blocos possuem aspectos institucionais que afetam de maneira específica as respectivas práticas contábeis.

Conforme aponta Lima (2011), as práticas contábeis dos países da América Latina, por vários motivos, tendem a ser o sistema legal, e são mais conservadoras que aquelas adotadas por países anglo-saxões. Assim, o presente estudo se apoia também na seguinte hipótese:

H<sub>2</sub>: O padrão contábil brasileiro gera demonstrações contábeis mais conservadoras que aquelas elaboradas segundo o padrão internacional.

#### 3.2 População e amostra

O presente estudo adota abordagem quantitativa e qualitativa, reunindo os 27 bancos listados na BMF&Bovespa em dezembro de 2011. Dos bancos listados, observou-se que sete



divulgaram suas demonstrações consolidadas somente no padrão brasileiro, enquanto outros dois as divulgaram apenas em IFRS. Dessa forma, a amostra reuniu os 18 bancos listados na BM&FBovespa que divulgaram suas demonstrações consolidadas de 2010 nos dois padrões contábeis, sendo que 10 deles apresentaram coluna comparativa referente ao exercício de 2009. O Quadro 1 relaciona as instituições estudadas e os períodos comparativos divulgados.

**Quadro 1 – Bancos que divulgaram demonstrações consolidadas de 2010 em IFRS e no padrão brasileiro**

BANCO		PERÍODOS COMPARATIVOS		DATA DO BALANÇO DE ABERTURA
		2010	2009	
01	ABC Brasil	X	X	01/01/2009
02	Alfa de Investimento	X	X	01/01/2009
03	Cruzeiro do Sul	X	X	01/01/2009
04	Daycoval	X		01/01/2010
05	Banco do Brasil	X	X	01/01/2009
06	Indusval	X	X	01/01/2009
07	Itaú	X		01/01/2010
08	Mercantil do Brasil	X		01/01/2010
09	Panamericano	X		01/01/2010
10	Pine	X	X	01/01/2009
11	Santander	X	X	01/01/2009
12	Sofisa	X		01/01/2010
13	Banese	X		01/01/2010
14	Banestes	X	X	01/01/2009
15	Banrisul	X		01/01/2010
16	Bicbanco	X	X	01/01/2009
17	Bradesco	X	X	01/01/2009
18	Banco de Brasília	X		01/01/2010

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os bancos cujas demonstrações não divulgaram coluna comparativa referente a 2009 apresentaram balanço de abertura em 01/01/2010, correspondente à posição de 2009. Entretanto, os dados desses demonstrativos não foram utilizados na pesquisa, devido a diferenças nas formas de mensuração e reconhecimento utilizadas no balanço de abertura, em relação aos balanços seguintes em IFRS, destacando-se as exceções mandatórias (normas internacionais ou parte delas que não poderiam ser utilizadas) e as isenções optativas (normas internacionais ou parte delas que poderiam deixar de ser utilizadas, a critério das empresas).

### 3.3 Coleta e tratamento dos dados

Os dados que serviram de base para o presente estudo foram extraídos das demonstrações contábeis disponibilizadas nos portais eletrônicos da CVM e dos próprios bancos. Em seguida, foram calculados indicadores econômico-financeiros e extraídos os respectivos valores de Lucro Líquido e Patrimônio Líquido referentes aos exercícios de 2010 e 2009.

O estudo tomou por base 11 índices econômico-financeiros selecionados por Miranda (2008), distribuídos em quatro grupos, que, segundo a autora, revestem-se de grande importância para avaliação de um banco, quais sejam: Liquidez, Estrutura Patrimonial e de Captação, Qualidade da Carteira de Crédito e Rentabilidade.

Os quatro grupos de índices propostos por Miranda (2008) sofreram algumas adaptações, destinadas a possibilitar a comparação das informações divulgadas nos dois padrões contábeis, assim como o acréscimo de três novos indicadores, de maneira a ampliar a abrangência da análise. Desse modo, o estudo utilizou ao todo 14 indicadores, cujas denominações, enunciados e fórmulas são apresentados no Quadro 2.

**Quadro 2 – Indicadores econômico-financeiros utilizados na pesquisa**

<b>Grupo/Indicador</b>	<b>Fórmula</b>
<b>LIQUIDEZ</b>	
1. Encaixe	Caixa e Equivalentes de Caixa / Depósitos Até 90 Dias
2. Liquidez Imediata	Caixa e Equivalentes de Caixa / Dívidas de Curto Prazo
3. Participação dos Créditos	Carteira de Crédito / Ativo Total
4. Participação dos Créditos Líquidos	Carteira de Crédito Líquida de Provisão / Ativo Total
<b>ESTRUTURA PATRIMONIAL E DE CAPTAÇÃO</b>	
5. Relação Créditos/Depósitos	Carteira de Crédito / Depósitos Totais
6. Alavancagem	Passivo de Terceiros / Patrimônio Líquido
7. Capitalização	Patrimônio Líquido / Ativo Total
8. Basileia	Fatores de Risco / Patrimônio de Referência
<b>QUALIDADE DA CARTEIRA DE CRÉDITO</b>	
9. Inadimplência	Créditos Vencidos / Carteira de Crédito
10. Relação Créditos Vencidos Líquidos / Patrimônio Líquido	Créditos Vencidos Líquidos de Provisão / Patrimônio Líquido
<b>RENTABILIDADE</b>	
11. Margem Financeira 1	Resultado de Intermediação / Receitas de Intermediação
12. Margem Financeira 2	Resultado de Intermediação Líquido de Provisão / Receitas de Intermediação
13. Eficiência	Despesas Administrativas / Resultado de Intermediação e Receitas de Serviços
14. Retorno sobre o Patrimônio Líquido	Lucro Líquido / Patrimônio Líquido

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de Miranda (2008).

O padrão contábil brasileiro e o padrão internacional utilizam planos de contas diferentes e evidenciam as informações contábeis também de forma diferente. Por esse motivo, não foi possível calcular todos os indicadores e extrair os resultados contábeis e os valores de Patrimônio Líquido de todos os bancos, já que parte das informações necessárias ao cálculo deixou de ser evidenciada em um ou outro padrão contábil. Considerando-se que foram utilizadas na pesquisa demonstrações contábeis de 10 bancos em 2009 e de 18 bancos em 2010 para cada padrão contábil, esperava-se investigar os resultados de 28 observações em BR GAAP e de 28 observações em IFRS para cada indicador. Entretanto, dadas as limitações apontadas, a quantidade de observações calculada para cada indicador variou de 11 a 28, conforme apresentado na Tabela 1.

**Tabela 1 – Distribuição quantitativa anual de observações utilizadas na pesquisa, por grupo e por indicador – 2009 e 2010**

<b>Grupo/Indicador</b>	<b>Ano/Quantidade</b>		
	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>Total</b>
<b>Liquidez</b>			
Encaixe	8	17	25
Liquidez Imediata	5	6	11
Participação dos Créditos	10	18	28
Participação dos Créditos Líquidos	10	18	28
<b>Estrutura Patrimonial e de Captação</b>			
Relação Créditos/Depósitos	10	18	28
Alavancagem	10	17	27
Capitalização	10	17	27
Basileia	8	15	23
<b>Qualidade da Carteira de Crédito</b>			
Inadimplência	5	09	14
Relação Créditos Vencidos Líquidos / Patrimônio Líquido	5	11	16
<b>Rentabilidade</b>			
Margem Financeira 1	10	17	27
Margem Financeira 2	10	17	27
Eficiência	10	16	26
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	10	17	27

Fonte: Elaborada pelos autores.

Depois de calculados os indicadores, foi apurado o Índice de Conservadorismo – IC (GRAY, 1980) para os valores de Lucro Líquido (27 observações por padrão contábil) e de Patrimônio Líquido (sendo desconsideradas as transações derivadas dos sócios) dos bancos pesquisados (também 27 observações por padrão contábil). Nessa fase do estudo, foram retirados os dados do Panamericano (apresentou em 2010 passivo a descoberto), para se evitar distorção nos resultados da análise. Foram utilizadas as seguintes fórmulas:

a) Índice de Conservadorismo do Lucro Líquido

$$IC_{LL} = 1 - \left( \frac{\text{Lucro Líquido IFRS} - \text{Lucro Líquido BR GAAP}}{|\text{Lucro Líquido IFRS}|} \right)$$

b) Índice de Conservadorismo do Patrimônio Líquido

$$IC_{PL} = 1 - \left( \frac{\text{Patrimônio Líquido IFRS} - \text{Patrimônio Líquido BR GAAP}}{|\text{Patrimônio Líquido IFRS}|} \right)$$

### 3.4 Testes estatísticos

Foram realizados testes estatísticos, comparando-se os resultados de cada indicador calculados a partir das demonstrações contábeis em BR GAAP e em IFRS, utilizando-se, para tanto, testes de diferenças entre médias de duas amostras emparelhadas. Em seguida, foram realizados os mesmos testes comparativos entre os dois padrões contábeis sobre os resultados dos indicadores de cada grupo, e, depois, sobre os resultados de cada indicador.

Para se identificar o teste mais adequado para comparação dos dois padrões contábeis, os dados foram submetidos ao teste de Kolmogorov-Smirnov, com vistas a se verificar se apresentavam distribuição normal. Em seguida, considerando-se que somente uma parte dos dados seguia distribuição normal, realizaram-se o teste T-Student dependente para os indicadores que possuíam variáveis normalmente distribuídas e o teste dos postos com sinais de Wilcoxon para os dados que não apresentavam distribuição normal.

No sentido de se investigar a significância estatística das diferenças existentes entre os valores de Lucro Líquido e Patrimônio Líquido apurados segundo as práticas contábeis brasileiras e internacionais, foram realizados testes de diferenças entre médias de duas amostras emparelhadas.

Os testes foram precedidos de aplicação do teste de Shapiro-Wilk, para verificação da normalidade da distribuição das variáveis, de modo que os dados que apresentaram distribuição normal foram submetidos ao teste de diferenças entre médias T-Student, enquanto os demais foram submetidos ao teste dos postos com sinais de Wilcoxon.

Na sequência, foram apurados os ICs dos bancos da amostra, tomando-se por base os valores de Lucro Líquido extraídos de cada padrão contábil, calculando-se em seguida a média dos ICs. Idêntico procedimento foi realizado tomando-se por base os valores de Patrimônio Líquido.

## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 4.1 Impactos da adoção das IFRS sobre a representação patrimonial, econômica e financeira

Os 14 indicadores econômico-financeiros utilizados neste estudo são distribuídos em quatro grupos: Liquidez, Estrutura Patrimonial e de Captação, Qualidade da Carteira de Crédito e Rentabilidade.

Cada grupo fornece uma visão específica da situação econômico-financeira das empresas, razão por que os resultados da pesquisa foram analisados por grupo, na forma segmentada, conforme disposto na Tabela 2.

**Tabela 2 – Impactos da adoção das IFRS sobre os indicadores econômico-financeiros**

Grupo/Indicador	Número de Observações	Média BR GAAP	Média IFRS	Resultado do Teste T	P-valor	Impacto em IFRS	Diferença Significativa? (Sim/Não)
<b><u>Liquidez</u></b>							
Encaixe	25	0,468	0,453	-1,344	0,179	Diminuiu	Não
Liquidez Imediata	11	0,140	0,143	-0,533	0,594	Aumentou	Não
Participação dos Créditos	28	0,541	0,555	-1,685	0,092	Aumentou	Sim
Participação dos Créditos Líquidos	28	0,517	0,534	-2,437	0,015	Aumentou	Sim
<b><u>Estrutura Patrimonial e de Captação</u></b>							
Relação							
Créditos/Depósitos	28	1,287	1,343	-0,501	0,616	Aumentou	Não
Alavancagem	27	9,217	8,479	2,220	0,035	Diminuiu	Sim
Capitalização	27	0,112	0,120	-2,907	0,004	Aumentou	Sim
Basileia	23	17,618	17,597	0,499	0,593	Diminuiu	Não
<b><u>Qualidade da Carteira de Crédito</u></b>							
Inadimplência	14	0,018	0,024	-0,157	0,875	Aumentou	Não
Relação Créditos Vencidos Líquidos / Patrimônio Líquido							
	16	-0,112	-0,008	-3,361	0,001	Aumentou	Sim
<b><u>Rentabilidade</u></b>							
Margem Financeira 1	27	0,507	0,477	1,712	0,118	Diminuiu	Não
Margem Financeira 2	27	0,391	0,377	0,776	0,564	Diminuiu	Não
Eficiência	26	0,521	0,535	-0,749	0,454	Aumentou	Não
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	27	0,150	0,158	-0,408	0,683	Aumentou	Não

Fonte: Dados da pesquisa.

Os indicadores do grupo Liquidez têm a função de sinalizar a capacidade da empresa de honrar seus compromissos. Como se pode observar na Tabela 2, desse grupo de indicadores, apenas Participação dos Créditos e Participação dos Créditos Líquidos apresentaram diferenças estatisticamente significantes, com níveis de confiança de 90% e 95%, respectivamente.

O indicador Participação dos Créditos, quando calculado com base nas demonstrações contábeis em BR GAAP, sinaliza que a carteira de crédito representa, em média, 54% do Ativo total dos bancos analisados. Essa proporção aumenta para 56% quando o cálculo toma por base as demonstrações contábeis em IFRS. Dentre os motivos das diferenças encontradas, destacam-se a mensuração a valor justo das operações de crédito consignado, classificadas como Disponíveis para Venda (IAS 39); a manutenção no Ativo de operações objeto de cessão de crédito, por terem ocorrido com retenção substancial dos riscos e benefícios (IAS 39); e a mensuração de ativos por meio da utilização da taxa efetiva de juros e o reconhecimento de ativos com retenção substancial dos riscos e benefícios.

Já o indicador Participação dos Créditos Líquidos sinaliza o quanto a carteira de crédito líquida de provisões representa em relação ao Ativo. Por isso, os valores reconhecidos como perdas de crédito são subtraídos da carteira de crédito antes do cálculo do indicador. Nesse contexto, a carteira de crédito líquida de provisões representa, em média, 52% do Ativo total dos bancos, tomando-se por base as demonstrações contábeis em BR GAAP. Quando calculada a partir das demonstrações contábeis em IFRS, a participação da carteira aumenta para 53% do Ativo total. As diferenças foram motivadas, principalmente, pela mensuração de

ativos por meio da utilização da taxa efetiva de juros, pelo reconhecimento de ativos com retenção substancial dos riscos e benefícios e por diferenças nas provisões para perdas por *impairment* de instrumentos financeiros (IAS 39).

Os indicadores do grupo Estrutura Patrimonial e de Captação retratam a estrutura de capitais que dá sustentação aos ativos das empresas. Nesse grupo, apenas Alavancagem e Capitalização apresentaram diferenças significativas, aos níveis de confiança de 95% e 99%, respectivamente. O índice Alavancagem mede a utilização de recursos de terceiros para alavancar os negócios da empresa. Em média, os bancos utilizam 9,2 vezes mais recursos de terceiros que recursos próprios para alavancar seus negócios, segundo as demonstrações contábeis em BR GAAP. Já de acordo com o padrão internacional, os bancos utilizam 8,5 vezes mais recursos de terceiros, evidenciando Alavancagem média menor em IFRS do que em BR GAAP. Essas diferenças foram motivadas, principalmente, pela mensuração a valor justo das operações de crédito e dos derivativos, pela menor provisão para créditos de liquidação duvidosa efetuada nas demonstrações em IFRS e pela reversão da amortização de ágio e outros, além de ajustes nos preços de compra e reclassificação de instrumentos financeiros para Disponíveis para Venda.

O índice Capitalização representa a parcela do Ativo total coberta pelos recursos próprios da empresa. Em média, os bancos apresentam índice Capitalização 0,11, tomando-se por base as demonstrações contábeis em BR GAAP, e 0,12, considerando-se as demonstrações contábeis em IFRS. Isso indica que o Patrimônio Líquido desses bancos cobre, em média, apenas 11% dos seus ativos quando considerado o padrão contábil brasileiro, e 12% quando considerado o padrão internacional. As principais causas das diferenças foram a mensuração a valor justo das operações de crédito, dos derivativos e das captações externas; o imposto de renda e a contribuição social sobre os ajustes; a menor provisão para créditos de liquidação duvidosa em IFRS; a reversão da amortização de ágio; a realização de ajustes no preço de compra; e a reclassificação de instrumentos financeiros para Disponíveis para Venda.

Os indicadores do grupo Qualidade da Carteira de Crédito possibilitam a avaliação do percentual de créditos em atraso para medir a inadimplência e o exame da exposição do Patrimônio Líquido à cobertura de eventuais perdas por insuficiência de provisões sobre os créditos em atraso.

O único indicador desse grupo que apresentou diferenças significativas foi Relação Créditos Vencidos Líquidos / Patrimônio Líquido, com nível de confiança de 99%. Esse índice sinaliza o quanto os bancos analisados expõem seu Patrimônio Líquido ao risco devido à existência de créditos em atraso não cobertos por provisões. Nesse caso, quanto maior for o índice, maior é a exposição do Patrimônio Líquido.

Os dados da Tabela 2 mostram que, na média, o indicador tem resultado negativo quando calculado a partir das demonstrações contábeis em BR GAAP, de modo que o volume de provisões supera os créditos em atraso em 11,2% do Patrimônio Líquido. Dessa forma, segundo o indicador calculado com base nas demonstrações em BR GAAP, não há exposição dos recursos próprios dos bancos pesquisados sobre créditos em atraso não provisionados.

Calculado com base nas demonstrações em IFRS, o indicador também apresenta resultado médio negativo, de modo que o volume de provisões supera o dos créditos em atraso em 0,9% do Patrimônio Líquido. Vale salientar que a existência de créditos vencidos não necessariamente implica ocorrência de perdas, embora sinalize a possibilidade de perdas futuras. Por isso, os modelos de política de reconhecimento de perdas sobre operações de crédito podem levar à realização de provisões menores que o estoque de créditos vencidos.

A exposição dos recursos próprios dos bancos a créditos vencidos não provisionados é maior no padrão internacional, quando comparados os valores médios, inferindo-se que a qualidade da carteira de crédito se mostra menor pelas práticas contábeis internacionais. As

diferenças se devem principalmente à mensuração a valor justo de créditos pessoais parcelados e cartões de crédito consignados, classificados como Disponíveis para Venda, parte dos quais encontrava-se vencida; e também à mensuração das provisões sobre o estoque de operações de crédito.

Já os índices do grupo Rentabilidade têm por função evidenciar as diferentes formas de identificação do retorno proporcionado pelas atividades da empresa. Para esse grupo, nenhum dos indicadores apresentou diferença significativa. O resultado referente ao ROE diverge do de Almeida (2010) que encontrou redução deste em sua pesquisa.

Nos itens anteriores, foram analisados os impactos da adoção das IFRS sobre os indicadores econômico-financeiros dos bancos da amostra, revelando-se diferenças significativas em cinco dos 14 indicadores estudados.

Em seguida, investigou-se, no conjunto, cada grupo de indicadores, bem como o total de indicadores em cada um dos períodos analisados, o que gerou os resultados apresentados na Tabela 3.

**Tabela 3 – Impactos da adoção das IFRS sobre os grupos de indicadores, por período contábil**

Grupo	Período	Z	P-valor
Liquidez	2009	-0,505	0,614
	2010	-1,801	0,072
	2009-2010	-1,646	0,100
Estrutura Patrimonial e de Captação	2009	-2,018	0,044
	2010	-0,461	0,645
	2009-2010	-1,615	0,106
Qualidade da Carteira de Crédito	2009	-2,090	0,037
	2010	-2,128	0,033
	2009-2010	-3,054	0,002
Rentabilidade	2009	-0,914	0,361
	2010	-0,106	0,915
	2009-2010	-0,491	0,623
Conjunto total de indicadores	2009	-1,013	0,311
	2010	-1,239	0,215
	2009-2010	-0,348	0,728

Fonte: Dados da pesquisa.

Os testes revelam para o exercício de 2010, assim como para o biênio 2009-2010, diferenças significativas nos indicadores do grupo Liquidez, com nível de confiança de 90%, apontando que as demonstrações contábeis elaboradas em IFRS indicam uma menor liquidez dos bancos.

Por outro lado, para o conjunto de indicadores do grupo Estrutura Patrimonial e de Captação, somente no exercício de 2009 foi observada diferença estatisticamente significativa, com nível de confiança de 95%.

No grupo Qualidade da Carteira de Crédito, foram encontradas diferenças estatisticamente significantes em todos os períodos analisados, com nível de confiança de 95%, indicando que a adoção do padrão IFRS leva à apresentação de indicadores que sinalizam uma qualidade mais baixa da carteira de crédito dos bancos quando comparada com aquela evidenciada pelas demonstrações em BR GAAP. Com relação ao grupo Rentabilidade, não se observou diferença significativa em nenhum dos períodos analisados.

Tomando-se todo o conjunto de indicadores, os testes não revelaram diferenças significativas, seja a cada ano, isoladamente, seja investigando-se conjuntamente o biênio 2009-2010.

## 4.2 Impactos sobre o grau de conservadorismo das demonstrações contábeis

O estudo sobre o grau de conservadorismo das demonstrações contábeis em IFRS, em comparação com as demonstrações contábeis produzidas em BR GAAP, foi realizado aplicando-se o IC sobre o Lucro Líquido e o Patrimônio Líquido. A Tabela 4 mostra o comportamento do Lucro Líquido por banco, em relação aos dois padrões contábeis.

**Tabela 4 – Lucro Líquido por banco nos exercícios de 2009 e 2010** (Valores em milhares de reais)

Banco	2009			2010		
	Valor em BR GAAP	Valor em IFRS	Diferença (%)	Valor em BR GAAP	Valor em IFRS	Diferença (%)
Cruzeiro do Sul	107.479	144.127	34	-29.455	-68.836	-134
Banestes	131.163	148.993	14	167.023	142.175	-15
Bicbanco	318.204	212.462	-33	348.686	295.088	-15
Daycoval	-	-	-	274.695	249.172	-9
Indusval	12.778	20.198	58	29.009	26.409	-9
Alfa de Investimento	76.783	74.552	-3	82.078	76.849	-6
Itaú				13.322.963	12.493.000	-6
Banco do Brasil	10.148.111	13.479.390	33	11.703.165	11.330.345	-3
ABC Brasil	151.154	152.469	1	202.224	202.757	-
Bradesco	8.012.282	8.300.843	4	10.021.673	10.052.193	-
Banrisul	-	-	-	741.242	760.253	3
Sofisa	-	-	-	76.031	80.095	5
Banese	-	-	-	54.500	68.091	25
Banco de Brasília	-	-	-	196.041	263.142	34
Pine	85.086	132.537	56	118.270	162.073	37
Mercantil do Brasil	-	-	-	135.212	191.366	42
Santander	1.805.899	5.507.964	205	3.863.298	7.382.574	91

Fonte: Dados da pesquisa.

Em 2009, foi observado Lucro Líquido maior em IFRS em oito dos 10 bancos analisados. O *Impairment* de instrumentos financeiros foi o tipo de ajuste que mais afetou positivamente o Lucro Líquido de quatro bancos, em termos de valores (Banco do Brasil, Banestes, Bradesco e Indusval), por conta do reconhecimento em IFRS de menores perdas sobre ativos financeiros do que ocorreu em BR GAAP. Em outros bancos, destacaram-se a Venda/cessão de ativos financeiros (ABC Brasil e Pine), a Taxa efetiva de juros (Cruzeiro do Sul) e as Combinações de negócios: ágio sobre investimentos (Santander), como principais ajustes com efeito positivo sobre o Lucro Líquido.

Com relação aos bancos que apresentaram Lucro Líquido menor em IFRS, o tipo de ajuste que mais afetou negativamente o lucro do Bicbanco e do Alfa de Investimento, em termos de valores, também foi o *Impairment* de instrumentos financeiros, já que esses bancos reconheceram perdas maiores em IFRS do que em BR GAAP, sob a justificativa de que a constatação de um cenário econômico mais pessimista redundou no reconhecimento de perdas adicionais em IFRS (Bicbanco), e de que os critérios de mensuração das perdas são diferentes em relação a cada padrão contábil (Alfa de Investimento).

Já em 2010, dos 17 bancos analisados, sete apresentaram Lucro Líquido maior em IFRS, oito apresentaram Lucro Líquido menor nesse padrão e em dois deles não se observou diferença.

Também para esse exercício, o *Impairment* de instrumentos financeiros foi o tipo de ajuste que mais afetou positivamente o Lucro Líquido do maior número de bancos em termos de valores (Banco de Brasília, Banese e Sofisa), seguido de Venda/cessão de ativos financeiros (Mercantil do Brasil e Pine), Combinações de negócios: ágio sobre investimentos (Santander) e Ajustes no imobilizado (Banrisul).

Dentre os bancos que apresentaram Lucro Líquido menor em IFRS em 2010, o *Impairment* de instrumentos financeiros foi o tipo de ajuste que mais afetou negativamente a situação de quatro bancos, em termos de valores (Alfa de Investimento, Banestes, Indusval e Itaú), seguido da aplicação do critério de avaliação a valor justo de instrumentos financeiros derivativos (Bicbanco) e de captações externas (Cruzeiro do Sul), da reversão de resultado líquido oriundo de cessão de ativos financeiros (Daycoval), e das Combinações de negócios: alocação do preço de compra (Banco do Brasil).

Constata-se, portanto, que o *Impairment* de instrumentos financeiros foi o tipo de ajuste que impactou com valores mais expressivos o Lucro Líquido dos bancos analisados. A propósito, a Resolução nº 2.682/1999, do Bacen, estabelece os critérios mínimos de provisionamento em BR GAAP, destacando, no entanto, que devem ser constituídas provisões suficientes para fazer face às perdas prováveis na realização dos créditos. Assim, já que em IFRS a IAS 39 deixa para a empresa a responsabilidade de definir sua própria política contábil de reconhecimento de perdas, a contabilização de montante superior de perdas em IFRS enseja desobediência à norma do Bacen, por não terem sido reconhecidas em montante suficiente as perdas em BR GAAP.

Nos casos do Alfa de Investimento, do Banestes, do Indusval e do Itaú em 2010, o *Impairment* de instrumentos financeiros não só foi maior em IFRS, como se destacou como o tipo de ajuste mais representativo em termos de valores para a formação do Lucro Líquido menor desses bancos no padrão internacional.

Em relação ao Patrimônio Líquido, também utilizado para o cálculo do IC, os valores apresentados pelos bancos foram ajustados, retirando-se os efeitos das transações derivadas dos acionistas. A Tabela 5 mostra o comportamento dessa conta, por banco, no que tange aos dois padrões contábeis.

**Tabelas 5 – Patrimônio Líquido por banco nos exercícios de 2009 e 2010** (Valores em milhares de reais)

Banco	2009			2010		
	Valor BR GAAP	Valor IFRS	Diferença (%)	Valor BR GAAP	Valor IFRS	Diferença (%)
Mercantil do Brasil	-	-	-	673.179	625.294	-7
Bicbanco	1.766.422	1.783.919	1	1.954.859	1.915.959	-2
Pine	825.212	769.566	-7	867.132	855.290	-1
Daycoval	-	-	-	1.777.820	1.779.823	-
Sofisa	-	-	-	770.870	774.934	1
Banestes	665.239	706.189	6	790.151	803.639	2
ABC Brasil	1.218.441	1.255.792	3	1.347.918	1.385.801	3
Banco de Brasília	-	-	-	794.387	816.289	3
Banrisul	-	-	-	3.856.918	3.995.565	4
Indusval	432.694	452.183	5	426.425	443.268	4
Bradesco	42.551.426	44.646.707	5	48.514.386	51.158.565	6
Banco do Brasil	36.119.406	40.521.337	12	50.440.683	54.418.936	8
Itaú	-	-	-	60.878.545	66.635.000	9
Alfa de Investimento	980.518	1.089.387	11	1.042.549	1.145.248	10
Banese	-	-	-	180.800	203.793	13
Santander	64.492.693	69.266.743	7	64.850.978	73.363.394	13
Cruzeiro do Sul	661.089	1.139.394	72	538.488	1.030.968	91

Fonte: Dados da pesquisa.

Em 2009, o Patrimônio Líquido se apresentou maior no padrão internacional em nove dos 10 bancos analisados. O *Impairment* de instrumentos financeiros foi o tipo de ajuste que mais afetou positivamente o Patrimônio Líquido em IFRS de cinco bancos. O Pine foi o único banco da pesquisa a apresentar Patrimônio Líquido menor em IFRS em 2009, tendo como



principal ajuste a Venda/cessão de ativos financeiros, cujo valor foi o que mais afetou negativamente o seu Patrimônio Líquido em IFRS.

Por outro lado, 13 dos 17 bancos analisados apresentaram Patrimônio Líquido maior em IFRS em 2010, enquanto três apresentaram valor menor nesse padrão e em um deles não se observou diferença significativa. Mais uma vez, o *Impairment* de instrumentos financeiros foi o principal tipo de ajuste em termos de valores, afetando positivamente o Patrimônio Líquido de oito bancos.

Dentre os bancos que apresentaram Patrimônio Líquido menor em IFRS em 2010, a Venda/cessão de ativos financeiros foi o tipo de ajuste que mais afetou negativamente o saldo dessa conta em dois bancos (Mercantil do Brasil e Pine), seguido pelo Valor justo de instrumentos financeiros em um deles (Bicbanco).

Investigou-se a significância estatística das diferenças entre os valores de Lucro Líquido e Patrimônio Líquido e calculou-se o IC de cada banco no biênio 2009-2010. Os resultados são mostrados na Tabela 6.

**Tabela 6 – Lucro Líquido e Patrimônio Líquido no biênio 2009-2010 – Teste de Wilcoxon e IC**

Item	Nº de observações	Z	P-valor	IC Médio
Lucro Líquido	27	-1,249	0,212	0,93
Patrimônio Líquido	27	-3,484	0,000	0,93

Fonte: Dados da pesquisa.

Os testes evidenciaram diferenças significativas, com nível de confiança de 99%, entre os valores de Patrimônio Líquido apurados em BR GAAP e em IFRS, compreendendo 27 observações de cada padrão contábil. Por outro lado, o IC apresentou resultado inferior à unidade, inferindo-se que, pela ótica do Patrimônio Líquido, as demonstrações contábeis produzidas segundo as normas contábeis brasileiras se revelaram mais conservadoras que aquelas elaboradas pelo padrão internacional. Esse resultado diverge do de Sterzeck (2011), já que a referida autora não encontrou qualquer mudança no nível de conservadorismo das instituições financeiras brasileiras. Provavelmente a divergência ocorreu em virtude do diferente período analisado pela autora (até março de 2010).

## 5 CONCLUSÃO

A pesquisa sugere que a adoção das IFRS impacta na representação econômico-financeira dos bancos analisados. Os testes estatísticos indicaram diferenças significativas em indicadores do grupo Liquidez, apontando que as demonstrações contábeis elaboradas em IFRS sinalizam uma menor liquidez dos bancos. Também foi observada diferença estatisticamente significativa para indicadores do grupo Qualidade da Carteira de Crédito, indicando que a adoção do padrão IFRS leva à apresentação de indicadores que sinalizam uma mais baixa qualidade da carteira de crédito dos bancos quando comparada com aquela evidenciada pelas demonstrações em BR GAAP.

Assim, considerando-se que em parte dos indicadores observaram-se diferenças significativas, não foi possível rejeitar a hipótese  $H_1$ , de que os indicadores econômico-financeiros dos bancos, calculados a partir das demonstrações contábeis consolidadas, elaboradas segundo o padrão contábil internacional, são significativamente diferentes daqueles obtidos das demonstrações elaboradas pelo padrão brasileiro. Esses resultados se aproximam dos achados de outros pesquisadores, que também encontraram diferenças significativas nos indicadores das empresas analisadas.

No que tange ao grau de conservadorismo das demonstrações contábeis, os resultados revelaram que, pela ótica do Patrimônio Líquido, as demonstrações contábeis em BR GAAP se mostraram mais conservadoras que as demonstrações em IFRS, não sendo possível, assim, rejeitar a hipótese  $H_2$ , de que as demonstrações contábeis produzidas segundo o padrão

brasileiro são mais conservadoras que aquelas elaboradas de acordo com o padrão internacional.

Observa-se, portanto, que a qualidade informacional atribuída às IFRS não determina seu grau de conservadorismo frente a outras normas, medido a partir dos valores de Lucro Líquido e de Patrimônio Líquido, porquanto outros fatores exercem influência na sua mensuração e divulgação. No caso brasileiro, outros pesquisadores consideram ser provável que o caráter conservador observado nas práticas contábeis brasileiras se deve à primazia do objetivo de minimizar desembolsos fiscais sobre o objetivo de informar ao investidor.

Há, de fato, uma grande diferença de propósitos, no caso do Brasil, no que tange à divulgação das demonstrações contábeis nos dois padrões em estudo. As demonstrações em BR GAAP das instituições financeiras servem de insumo para o recolhimento de tributos e para a remuneração dos acionistas, maximizando-se a utilidade da aplicação do conservadorismo pelo administrador, que, ao usar seu poder discricionário, minimiza desembolsos para o Fisco e para os acionistas, capitalizando a empresa. As demonstrações em IFRS, por sua vez, fornecem uma visão detalhada da situação da empresa pela ótica das práticas internacionais de contabilidade, mas não interferem no cálculo dos tributos e dos dividendos, resultando na produção de demonstrações contábeis menos sujeitas à discricionariedade.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Diana L. de. **Reclassificação dos ativos financeiros e os possíveis impactos nos indicadores prudenciais e de rentabilidade dos bancos brasileiros**. 2010. 210 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BAO, Da-Hsien; LEE, Jooh; ROMEO, George. Comparisons on selected ratios between IFRS and US GAAP companies. **Journal of Financial Reporting and Accounting**, v. 8, n. 1, p. 22-34, 2010. <http://dx.doi.org/10.1108/19852511011055925>

BARBOSA NETO, João Estêvão; DIAS, Warley de Oliveira; PINHEIRO, Laura Edith Taboada. Impacto da convergência para as IFRS na análise financeira: um estudo em empresas brasileiras de capital aberto. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 20, n. 4, p. 131-153, 2009.

BASU, S. The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings. **Journal of Accounting and Economics**, v. 24, n. 1, p. 3-37, 1997. [http://dx.doi.org/10.1016/S0165-4101\(97\)00014-1](http://dx.doi.org/10.1016/S0165-4101(97)00014-1)

BEUREN, Ilse Maria; HEIN, Néelson; KLANN, Roberto Carlos. Impact of the IFRS and US-GAAP on economic-financial indicators. **Managerial Auditing Journal**, v. 23, n. 7, p.632-649, 2008. <http://dx.doi.org/10.1108/02686900810890616>

BRITO, Giovani Antônio Lopes. ; LOPES, Alexsandro Broedel ; COELHO, Antônio Carlos Dias. Conservadorismo nos lucros contábeis dos bancos no Brasil: a influência do controle estatal. **Revista Universo Contábil**, v. 8, p. 19-39, 2012. doi:10.4270/ruc.2012429

BRITO, Giovani Antônio Silva; MARTINS, Eliseu. Conservadorismo contábil e o custo do crédito bancário no Brasil. **Brazilian Business Review**, v. 10, n. 1, p.27-48, 2013.

CALIXTO, Laura. Análise das pesquisas com foco nos impactos da adoção do IFRS em países europeus. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 157-187, jan./mar. 2010.

CARVALHO, Fernanda Abreu. **Principais alterações nas práticas contábeis brasileiras estabelecidas pelas leis nº 11.638 e 11.941 e seus impactos na representação da situação econômico-financeira das empresas listadas na BM&FBovespa**. 2010. 82 f. Dissertação (Mestrado em Administração e Controladoria) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

CHIQUETO, Fernando. **Impactos na provisão para devedores duvidosos dos bancos europeus listados na bolsa de Nova Iorque após a adoção das normas internacionais de contabilidade**. 2008. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CHRISTENSEN, Hans B.; LEE, Edward; WALKER, Martin. **Do IFRS/UK-GAAP reconciliations convey new information?** 2007. Disponível em: <<http://www.chicagobooth.edu/research/workshops/accounting/docs/Walker-Information.pdf>>. Acesso em: 29 dez. 2011.

CASTRO, Livia Arruda. **O conservadorismo incondicional e a convergência das práticas contábeis brasileiras às IFRS**. Dissertação (Mestrado em Administração e Controladoria) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

CORREA, Andreia Agresta; SZUSTER, Natan. BR GAAP x IFRS: Divergências das demonstrações contábeis nas instituições financeiras. **Pensar Contábil**, v. 15, n. 58, 2013.

DANTAS, José Alves; PAULO, Edílson; MEDEIROS, Otávio Ribeiro de. Conservadorismo condicional na indústria bancária brasileira em situações de maior percepção de risco. **Revista Universo Contábil**, v. 9, n. 2, p. 83-103, abr./jun. 2013. DOI:10.4270/RUC.2013214

DUH, Rong-Ruey; HSU, Audrey Wen-hsin; ALVES, Paulo Alexandre Pimenta. The impact of IAS 39 on the risk-relevance of earnings volatility: evidence from foreign banks cross-listed in the USA. **Journal of Contemporary Accounting & Economics**, v. 8, p. 23-38, 2012. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jcae.2012.03.002>

FÉ JÚNIOR, Armando Lopes Dias da. **Mudanças contábeis e reações do mercado na implantação compulsória do IFRS no setor bancário brasileiro**. 2013. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

FIROZ, Mohammad; ANSARI, A. Aziz; AKHTAR, Kahkashan. IFRS – impact on Indian banking industry. **International Journal of Business and Management**, v. 6, n. 3, p. 277-283, mar, 2011.

GUNTHER, Gerhardt; NOVOTNY-FARKAS, ZOLTAN. Mandatory IFRS adoption and accounting quality of European banks. **Journal of Business Finance & Accounting**, v. 38, p. 289-333, abril/maio, 2011. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-5957.2011.02242.x>

GRAY, S. J. The impact of international accounting differences from a security-analysis perspective: some european evidence. **Journal of Accounting Research**, v. 18, n. 1, p. 64-76, Spring, 1980. <http://dx.doi.org/10.2307/2490392>

LANTTO, Anna-Maija; SAHLSTRÖM, Petri. Impact of International Financial Reporting Standards adoption on key financial ratios. **Accounting and Finance**, v. 49, p. 341-361, 2009. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-629X.2008.00283.x>

LEMES, Sirlei; CARVALHO, Luiz Nélon Guedes de. Comparabilidade entre o resultado em BR GAAP e U. S. GAAP: evidências das companhias brasileiras listadas nas bolsas norte-americanas. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 20, n. 50, p. 25-45, maio/ago. 2009. <http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772009000200003>

LEVENTIS, Stergios; DIMITROPOULOS, Panagiotis; OWUSU-ANSAH, Stephen. Corporate governance and accounting conservatism: evidence from the banking industry. **Corporate Governance: An International Review**, v. 21, n. 3, p.264-286, 2013. <http://dx.doi.org/10.1111/corg.12015>

LEVENTIS, Stergios; DIMITROPOULOS, Panagiotis; AMANDARAJAN, Asokan. Loan loss provisions, earnings management and capital management under IFRS: the case of EU commercial banks. **Journal of Financial Services Research**, v. 40, p.103-122, 2011.

LIM, Chu Yeong *et al.* Bank accounting conservatism and bank loan pricing. **Journal of Accounting Public Policy**, v. 33, p. 260-278, 2014. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2014.02.005>

LIMA, Vinícius Simmer de. **Incentivos no nível da firma e consequências econômicas da convergência ao IFRS no Brasil**. 2011. 172 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MARTINS, Orleans Silva; PAULO, Edilson. O reflexo da adoção das IFRS na análise de desempenho das companhias de capital aberto no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações – FEA-RP/USP**, v. 4, n. 9, p. 30-54, maio/ago. 2010.

MIRANDA, Vanessa Lopes de. **Impacto da adoção das IFRS em indicadores econômico-financeiros de bancos de alguns países da União Europeia**. 2008. 107 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MOURA, André Aroldo Freitas de. **Impacto de mudanças em padrões contábeis em medidas de desempenho de firmas: evidências no Brasil**. 2014. 136 f. Dissertação (Mestrado em Administração e Controladoria) – Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

PAPADAMOU, Stephanos; TZIVINIKOS, Trifon. The risk relevance of international financial reporting standards: evidence from Greek banks. **Internacional Review of Financial Analysis**, v. 27, p. 43-54, 2013. <http://dx.doi.org/10.1016/j.irfa.2012.09.006>

SANTOS, Edilene Santana; CALIXTO, Laura. Impactos do início da harmonização contábil internacional (lei 11.638/07) nos resultados de 2008 das empresas brasileiras abertas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 16., 2009, Fortaleza, **Anais...** Fortaleza: ABC, 2009.

SAYED, Samir et al. Simulação dos impactos da alteração da norma internacional de instrumentos financeiros (IFRS 9) nos maiores bancos brasileiros. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, v. 8, n. 1, 2013.

SILVA, Ricardo Luiz Menezes da. **Adoção completa das IFRS no Brasil**: qualidade das demonstrações contábeis e o custo de capital próprio. 219 p. Tese (Doutorado em Contabilidade e Controladoria) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SILVA, Tatiane Moraes da; NAKAO, Sílvia Hiroshi. Divulgação na adoção pela primeira vez de IFRS por empresas europeias de setores e sistemas jurídicos diferentes. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 93-124, abr./jun. 2011.

STERZECK, Gisele. **Efeito da convergência contábil sobre o conservadorismo das instituições financeiras**. 2011. 97 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

TAVARES, Márcia Ferreira Neves; BOENTE, Diego Rodrigues; PAULO, Edílson. Valor justo: um estudo sobre a aplicação retrospectiva da IFRS 13 no setor bancário no Brasil. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM)**, v. 12, n. 3, 2013.

ZHANG, Y. Y.; UCHIDA, K.; BU, H. How do accounting standards and insiders' incentives affect earnings management? Evidence from China. **Emerging Markets Review**, v. 16, p. 78-99, 2013. DOI: 10.1016/j.ememar.2013.04.002